

*el
Fm*



Santa Casa Misericórdia de Montargil

Anexo

18 de Março de 2017

Exercício de 2016

Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	7
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	10
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	10
6	Ativos Intangíveis	12
7	Inventários	12
8	Rédito	13
9	Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	13
10	Benefícios dos empregados	14
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	14
12	Outras Informações.....	14
12.1	Investimentos Financeiros	15
12.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	15
12.3	Clientes e Utentes	15
12.4	Outras contas a receber.....	16
12.5	Diferimentos	16
12.6	Caixa e Depósitos Bancários	16
12.7	Fundos Patrimoniais.....	17
12.7.1	Resultados Transitados	17
12.7.2	Outras Variações nos fundos patrimoniais	17
12.8	Fornecedores	17
12.9	Estado e Outros Entes Públicos.....	19
12.10	Outras Contas a Pagar.....	20
12.11	Subsídios, doações e legados à exploração	20
12.12	Trabalhos para a própria entidade.....	21
12.13	Fornecimentos e serviços externos.....	21
12.14	Outros rendimentos.....	22
12.15	Outros gastos	22
12.16	Acontecimentos após data de Balanço	22



1 Identificação da Entidade

A Irmandade da "Santa Casa Misericórdia de Montargil" já existente em 1575 é uma associação de fiéis, constituída na ordem jurídica canónica, em harmonia com o seu espírito tradicional. No campo social exerce a sua ação através da prática das 14 obras de Misericórdia, tanto espirituais como corporais. A Irmandade adquiriu personalidade Jurídica Civil e está reconhecida como Santa Casa da Misericórdia de Montargil, mediante a participação escrita da sua ereção canónica, feita pelo Ordinário Diocesano aos serviços competentes do Estado. Tem a sua sede em Rua Manuel Falcão de Sousa, 7425 -130 MONTARGIL.

Missão

- A Santa Casa da Misericórdia de Montargil, gula a sua missão considerando a solidariedade para com a pobreza da região, à pobreza da população residente, ao elevado número de idosos viventes, à ineficácia dos serviços de saúde existentes, à falta de empregabilidade da população.
- Fomentar a colaboração e o desenvolvimento das obras sociais, designadamente através da atuação de carácter dinamizador de apoio ao próximo.
- Orientar profissionalmente os cuidados a prestar às crianças, aos idosos e aos doentes na ótica da qualidade, garantindo serviços de eficiência.

Visão

- Cremos na capacidade humana de se dar incondicionalmente e desempenhar funções atendendo ao valor da dignidade humana. Ambiciona-se criar referências em termos de prestação de serviços para o cliente, através de um esforço contínuo da melhoria da competência profissional.

Valores

- Ajudar e atuar em prol das crianças, doentes, idosos e suas famílias.
- Proporcionar mais e melhor qualidade de vida aos utentes e a quem servimos.
- Orientar para o respeito referente à individualidade e privacidade da população alvo.
- Inovar na vertente do aperfeiçoamento dos serviços.
- Apoiar os desassistidos da sociedade.
- Responsabilidade no bem servir e no assistir.
- Dignidade Humana, Corresponsabilidade, Entre - ajuda e participação.
- Universalidade e igualdade.
- Solidariedade e economia social.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere-se que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceitual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir

*Lucy
Fuz*

consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmam segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição. O custo de aquisição inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem às que se encontram descritas na tabela abaixo:

Descrição	Taxas Aplicadas
Terrenos e recursos naturais	0,00%
Edifícios e outras construções	2,00%
Equipamento básico	16,66%
Equipamento de transporte	20,00%
Equipamento administrativo	16,66%
Outros Ativos fixos tangíveis	16,66%

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em sistema de duodécimos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem às que se encontram na tabela abaixo:

Descrição	Taxas Aplicadas
Programas de Computador	33,33%

3.2.3 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.4 Investimentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. A Entidade adota como método de custeio dos Inventários o FIFO (first in, first out).

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo;

3.2.7 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: "A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação

posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2015					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	15.762,02			27.787,03		43.549,05
Edifícios e outras construções	1.713.464,95			-111.427,02		1.602.037,93
Equipamento básico	541.357,94	4.356,18	-780,00			544.934,12
Equipamento de transporte	472.413,86					472.413,86
Equipamento administrativo	89.258,75					89.258,75
Outros Ativos fixos tangíveis	186.839,86	21.463,50				208.303,36
Ativos fixos tangíveis em Curso	5.920,00	5.805,00				11.725,00
Ativos Biológicos Produção	1.448,22		-520,12			928,10
Total	3.026.465,60	31.624,68	-1.300,12	-83.639,99	0,00	2.973.150,17
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	658.773,92	24.068,51		-56.214,19		626.628,24
Equipamento básico	459.379,47	7.961,60	-780,00			466.561,07
Equipamento de transporte	459.828,33	4.235,54				464.063,87
Equipamento administrativo	85.254,82	1.897,49				87.152,31
Outros Ativos fixos tangíveis	221.591,30	14.749,35				236.340,65
Total	1.884.827,84	52.912,49	-780,00	-56.214,19	0,00	1.880.746,14

Descrição	2016					
	Saldo Inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	43.549,05					43.549,05
Edifícios e outras construções	1.602.037,93			22.129,94		1.624.167,87
Equipamento básico	544.934,12	30.188,74	-9.255,84			565.867,02
Equipamento de transporte	472.413,86	18.081,00	-31.174,87			459.319,99
Equipamento administrativo	89.258,75	4.483,99	-5.100,34			88.642,40
Outros Ativos fixos tangíveis	208.303,36	4.976,58				213.279,94
Ativos fixos tangíveis em Curso	11.725,00	22.129,94		-22.704,94		11.150,00
Ativos Biológicos Produção	928,10	552,20				1.480,30
Total	2.979.150,17	80.412,45	-45.531,05	-575,00	0,00	3.007.456,57
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	626.628,24	24.216,04				650.844,28
Equipamento básico	466.561,07	10.191,22	-9.255,84			467.496,45
Equipamento de transporte	464.063,87	4.401,35	-31.174,87			437.290,35
Equipamento administrativo	87.152,31	1.316,23	-5.100,34			83.368,20
Outros Ativos fixos tangíveis	236.340,65	13.199,04				249.539,69
Total	1.880.746,14	53.323,88	-45.531,05	0,00	0,00	1.888.538,97

Propriedades de Investimento

No que concerne às "Propriedades de Investimento" os movimentos ocorridos, nos períodos de 2016, resultaram da transferência de Outros Ativos Fixos Tangíveis:

Descrição	2016					
	Saldo Inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	9.438,14					9.438,14
Edifícios e outras construções	74.201,85					74.201,85
Total	83.639,99					83.639,99
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	25.592,53	1.241,61				26.834,14
Total	25.592,53	1.241,61	0,00	0,00	0,00	26.834,14

6 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2015					
	Saldo Inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Programas de Computador	11.617,54	996,30				12.613,84
Total	11.617,54	996,30	0,00	0,00	0,00	12.613,84
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	10.077,95	756,37				10.834,32
Total	10.077,95	756,37	0,00	0,00	0,00	10.834,32

Descrição	2016					
	Saldo Inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Programas de Computador	12.613,84		-297,50			12.316,34
Total	12.613,84	0,00	0,00	0,00	0,00	12.316,34
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	10.834,32	977,75	-297,50			11.514,57
Total	10.834,32	977,75	0,00	0,00	0,00	11.514,57

7 Inventários

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica "inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2015				2016		
	Inventário Inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	5.961,47	164.641,42	11.594,93	5.713,15	184.332,32	6.592,86	4.827,81
Produtos acabados e Intermedios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Ativos Biológicos Consu.	120,00		30,00	150,00		-150,000	0
Total	6.081,47	164.641,42	11.624,93	5.863,15	184.332,32	6.442,86	4.827,81

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				176.484,67			191.810,52
Variações nos inventários de produção				0,00			0,00

8 Rédito

Para os períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2016	2015
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores, Mensalidades de Utentes	865.280,62	886.019,11
<i>Infância e Juventude</i>	32.912,35	39.216,81
Creche	21.398,70	21.308,60
Jardim de infância	9.359,80	13.769,75
ATL	2.153,85	4.138,46
<i>Terceira Idade</i>	832.368,27	846.802,30
Lar	690.564,70	704.598,93
Apoio Domiciliário	126.689,41	158.235,34
Centro de Dia	15.114,16	16.243,09
Quotas dos Irmãos	3.740,96	3.762,21
Serviços Secundários	212.723,45	264.570,65
Serviços de Transportes	180.563,12	215.164,35
Consultas e Tratamentos de Fisioterapia	31.775,33	48.876,30
ECG	385,00	530,00
Total	1.051.745,03	1.154.351,97

9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo":

Descrição	2016	2015
Subsídios do Governo		
Comparticipações – Acordos de Cooperação ISSS	743.737,64	740.967,51
<i>Infância e Juventude</i>	96.097,51	103.735,84
Creche	66.218,59	63.102,88
Jardim	25.343,12	33.355,40
Atl	4.535,80	7.277,56
<i>Terceira Idade</i>	647.640,13	636.639,17
Lar	431.342,69	426.982,90
Apoio Domiciliário	205.139,76	202.477,63
Centro de Dia	7.225,18	7.178,64
Cantinas Sociais	3.932,50	592,50
Junta de Freguesia de Montargil	0,00	336,75
IEFP – Programas Ocupacionais	7.183,11	6.517,80
IFAP IP	4.100,40	1.164,62
Ofertas de Géneros Alimentares - MSSS	0,00	3.439,81
Total	755.021,15	752.426,59

10 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2016 e 2015, foram, respetivamente 13 e 13. O exercício de qualquer cargo nos Órgãos Sociais é gratuito, mas pode justificar o pagamento de despesas dele derivados (artº 16º nº1 do Compromisso da Irmandade).

Em 31 de Dezembro de 2015 o respetivo quadro era composto por 113 colaboradores, sendo 91 efetivos e 22 contratados.

Em 31 de Dezembro de 2016 o respetivo quadro era composto por 108 colaboradores, sendo 86 efetivos e 22 contratados.

Estão ao serviço da Instituição para além destes funcionários, 1 Médico Clínica Geral, 1 Nutricionista, 1 Animadora, 1 Psicóloga, 1 Estagiária Animação, 1 Médico Fisiatra.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2016	2015
Remunerações ao pessoal	1.048.568,77	1.052.881,13
Indemnizações	4.135,70	1.418,60
Encargos sobre as Remunerações	215.811,64	212.348,26
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	11.323,57	9.575,71
Outros Gastos com o Pessoal	31.745,85	32.253,24
Total	1.311.585,53	1.308.476,94

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12 Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2016	2015
Outros Investimentos financeiros		
Fundo de Reestruturação do Setor Solidário	693,26	693,26
Fundos de Compensação no Trabalho	1.868,16	1.178,43
Total	2.561,42	1.871,69

12.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2016 e 2015, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Ativo		
Quotas dos Irmãos	13.298,90	11.561,44
Total	13.298,90	11.561,44

12.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2016 e 2015 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Clientes e Utentes c/c		
Clientes Gerais	42.350,06	55.770,77
Administração Regional de Saúde	25.086,88	54.729,57
Transportes de Ambulância	11.879,92	30.957,26
Fisioterapia	13.206,96	23.772,31
ADSE - Fisioterapia	831,61	921,20
Federação dos Bombeiros de Évora T.Amb.	5.356,60	0,00
Centro Hosp. Lisboa Norte-Transp. Amb.	1.885,24	0,00
Centro Hosp. Lisboa Central-Transp. Amb.	297,32	0,00
Ipo- Transp. Amb.	4.361,85	0,00
Centro Hospitalar Univers.Coimbra- T.Amb.	3.005,06	0,00
Diversos	1.525,50	120,00
Utentes	105.760,27	123.128,58
Transportes de Ambulância	14.095,62	32.286,18
Fisioterapia	11.960,18	13.767,94
Lar S. José	54.849,37	54.565,21
Creche	3.472,58	1.457,28
Apoio Domiciliário	5.206,81	6.367,53
Centro Dia	3.184,90	3.077,31
ATL	4.465,78	4.805,40
Jardim de Infância	8.525,03	6.801,73
Total	148.110,33	178.899,35

12.4 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a seguinte decomposição:

Descrição	2016	2015
Adiantamentos a fornecedores	649,65	222,92
Adiantamentos ao pessoal	574,17	80,49
Devedores por acréscimos de rendimentos	71.384,59	66.215,13
ISSS,IP	60.654,44	66.215,13
Lar	35.209,68	41.808,23
Creche	5.438,04	5.118,00
Apoio Domiciliário	17.076,74	16.857,86
Centro de Dia	650,58	535,20
Atf	217,20	128,64
Jardim de Infância	1.654,70	1.654,70
Cantinas Sociais	407,50	112,50
ARS- Transportes de Ambulância	10.730,15	0,00
Outros Devedores e Credores	938,58	0,00
Total	73.546,99	66.518,54

12.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Gastos a Reconhecer		
Seguros Fidelidade Mundial (Div.Seguros)	726,26	853,65
Dark Code (Controlo Pragas)	161,75	164,00
Interprev (Hlg.Seg.Trabalho e HACCP)	1.706,29	1.806,42
Otis, Elevadores,SA (Cons.Rep.Elevador)	179,33	176,68
Grenk (Aluguer Câmaras Vigil.)	270,60	612,83
Total	3.044,23	3.613,58

12.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2016	2015
Caixa	1.223,28	3.820,46
Depósitos à ordem	15.873,06	16.016,39
Depósitos a prazo	15.500,00	34.500,00
Total	32.596,34	54.336,85

12.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	364.272,74	0,00	0,00	364.272,74
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
Resultados transitados	799.751,11	0,00	-34.859,24	764.891,87
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	123.201,23	61.020,66	-14.646,46	169.575,43
Total	1.299.225,08	61.020,66	-49.505,70	1.304.740,04

12.7.1 Resultados Transitados

Resultados transitados	799.751,11	0,00	-34.859,24	764.891,87
Resultado Líquido Negativo do Exercício de 2015			-34.859,24	

12.7.2 Outras Variações nos fundos patrimoniais

Outras variações nos fundos patrimoniais	123.201,23	61.020,66	-14.646,46	169.575,43
Subsídios Recebimento		61.020,66		
Subsídios – Imputação a Rendimentos			-14.620,61	
Doações – Imputação a Rendimentos			-25,85	

12.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Fornecedores c/c	117.503,62	73.440,45
EDP – Distribuição Energia, SA	2.084,82	1.723,58
PT-Comunicações, SA	180,21	180,17
Clm- Corp.Industrial do Norte, SA	0,00	279,06
Casa Mundo	50,10	194,50
Cerfer	433,19	0,00
Hasse, Lda	1.431,93	1.085,24
António Godinho Arsénio	252,15	0,00
Avesôr	2.227,20	953,35
Opção J	0,00	407,44
Clarex	129,88	0,00
Martins, Pereira & Ventura, Lda	67,95	0,00
Higisôr – Com.Sist.Higiene, Lda	76,36	76,36
Galp Energia – Petróleos de Portugal,SA	0,00	1.620,83
Abrancar, Lda	48,88	48,88
União das Misericórdias Portuguesas	6.000,00	0,00
Município de Ponte de Sôr	71,68	302,53
Maria Margarida Abrantes	256,50	256,50
Abranfrio – Equipamentos Hoteleiros, Lda	384,07	289,98
José Mariano Nisa de Carvalho	0,00	1.476,00
Luís Fernando D. Mateus	562,97	615,62
Fidelidade Mundial	0,00	44,05

Nigel Alentejo	100,66	11,59
Otis, Elevadores, SA	538,12	265,02
Juvenal Lima Marta	1.852,09	1.439,01
Paul Hartman, Lda	8.428,47	5.562,16
Permutauto, Lda	55,35	107,49
Carlos Oliviera	6.169,75	5.509,72
Electro Pontécnica	125,28	0,00
Gráfica Sorense, Lda	135,30	0,00
Capsol - Coop.Agrícola de Ponte de Sôr, CRL	927,56	214,78
Cofermade	53,14	42,80
Mercar	178,30	0,00
Adll - Comércio e Indústria de Papelaria, Lda	80,07	373,96
Miele Portuguesa	0,00	792,29
Auto Garcia	77,49	0,00
Henrique Junceiro, Lda	2.291,95	706,91
Megalentejo - Equipamento Informático, Lda	590,40	0,00
Smith + Nephew	106,53	213,06
Armazéns de Têxidos de Torres Novas, Lda	2.033,81	2.009,17
M. Fputo	34,44	9,63
Avliudo	848,23	1.446,68
Tiago Morgado, Lda	199,26	298,89
SeguriHigiene- Saúde no Trabalho, SA	2.952,00	2.952,00
Estúdio Mfele	119,95	0,00
Marcelino Jesus Carreiras	3.471,23	809,17
Mundialub	91,02	0,00
PrintAlentejo	1.427,92	172,20
SpeedBox-Soc.Comercial de Pneus,Lda	862,70	917,97
Helena Isabel da Costa Mendes	0,00	279,75
Ibergel- Alimentos Congelados, Lda	92,52	92,52
Carnes Cerfaco, Lda	4.467,98	3.365,54
Abrancongelados- Produtos Alimentares, Lda	2.066,15	2.380,89
Danlurte-Distrib.Produtos Alimentares, Lda	491,46	683,79
Centro Ortopédico do Sul, Lda	1.129,10	207,07
Gasin - Grupo Air Products	360,20	663,93
Sabores Apurados, Lda	1.708,72	0,00
CelEquisoft	0,00	268,94
Parfip	984,00	984,00
Miguel Filipe Ciriaco Teles	0,00	342,97
J.C.Camões, Lda	0,00	261,19
Âncora Prateada	635,01	169,80
Albigel	2.698,73	1.287,20
Vitor Bragança, Unipessoal Lda	6.627,62	3.416,80
Interprey	514,48	506,87
Maria José Alves Casas	98,40	0,00
Farmácia Matos Fernandes	6.816,95	7.824,84
Hortomarques, Lda	5.927,13	4.517,77
Auto Pintura do Sôr, Lda	26,40	26,40
Saproder, Lda	1.602,43	1.560,16
Eborpapers	68,39	53,76
Galp Power, SA	4.794,12	142,45
Papelpack - Equipamentos e Prod. Higiêne, Lda	252,56	73,06
Ambimed- Gestão Ambiental, Lda	195,20	195,20
SorPeças- Peças e Acessórios Auto	2.103,26	1.128,36

SerrageI	1.505,51	1.407,76
Exaclean, Lda	6.656,85	3.454,00
José Sécio - Unipessoal	1.199,31	785,11
Artur & Guerreiro	811,76	597,50
JLG Unipessoal, Lda	350,72	0,00
Ramos & Perelra, Dist.Comercio Prod.Alimentares	390,01	76,20
VMF- Petróleos, Lda	4.759,57	0,00
Grenke Renting, SA	270,60	612,83
Verde Soalheiro, Unipessoal, Lda	31,60	0,00
AdI- Higiene, Lda	0,00	1.124,70
Libesfal Genéricos	938,40	140,24
Salustiano Luís Leal Parreira	256,30	0,00
Tabela Indispensável, Unipessoal, Lda	952,36	0,00
Conesa Portugal, SA	49,94	49,94
Melgal Alimentação, SA	1.576,14	579,97
Sérgio Gralha Sociedade Unipessoal, Lda	4.645,43	129,26
Plastidom - Plast.Ind.e Domésticos, SA	103,32	370,97
António Parola, Lda	0,00	250,00
A Logos	75,04	0,00
João Nascimento C.M.Fonseca	147,00	0,00
PalmeiroFoods	684,04	0,00
Te7- Inovação em Especialidades Químicas, Lda	68,64	0,00
Modernas Tendências - Unipessoal, Lda	309,54	0,00
Diversos Fornecedores Gerais	51,82	20,12
Total	117.503,62	73.440,45

12.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	6.753,75	6.854,81
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	6.753,75	6.854,81
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	5.820,63	6.050,50
Segurança Social	21.206,17	20.177,18
Outros Impostos e Taxas	64,21	50,55
Total	27.091,01	26.278,23

12.10 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2016		2015	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal		82.306,39		75.910,33
Remunerações a pagar		81.375,73		75.456,34
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		930,66		453,99
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		15.145,59		23.615,70
Electro Fouto		828,00		1.903,14
Abranfrio		1.511,59		0,00
Megalentejo		0,00		249,06
Rui Miguel da Silva Sombrelreio Duarte		0,00		21.463,50
Auto Ribeiro, Lda		12.806,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		300,69		5.964,97
EDP - Serv. Universal - Electricidade		41,87		49,04
Galp Energia - Electricidade		23,76		33,84
Galp Power, SA - Electricidade		0,00		4.192,09
MEO - Comunicações		0,50		7,63
NOS - Comunicações		0,00		509,12
PT Empresas - Comunicações		234,56		241,63
Gasin - Aluguer de Garrafas Oxigénio		0,00		83,50
Otis - Elevadores, SA		0,00		269,12
Luis Augusto Rodrigues F. Júnior		0,00		579,00
Outros credores		14.487,02		18.174,90
Cofre Utentes Lar C/c		14.262,69		16.263,14
Cofre Utentes do J. Infância C/c		0,00		311,00
Companhia Seguros Vitória		224,33		109,28
Outros		0,00		1.491,48
Total	0,00	112.239,69	0,00	123.665,90

12.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2016 e 2015, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2016	2015
Subsídios do Estado e outros entes públicos	755.021,15	748.986,78
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	0,00	3.439,81
Legados	0,00	0,00
Total	755.021,15	752.426,59

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

12.12 Trabalhos para a própria entidade

A Entidade registou, nos períodos de 2016 e 2015, os seguintes produtos originários da Exploração Agrícola e Animal:

Descrição	2016	2015
Autoconsumos	6.365,44	8.078,09
Géneros Alimentares	6.365,44	8.078,09
Total	6.365,44	8.078,09

12.13 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

Descrição	2016	2015
Subcontratos		0,00
Serviços especializados	84.435,48	85.750,46
Trabalhos especializados	25.718,08	21.764,17
Publicidade e propaganda	450,09	0,00
Vigilância e segurança	3.779,58	3.549,90
Honorários	19.927,68	23.671,78
Conservação e reparação	34.353,47	36.425,14
Serviços bancários	192,01	178,46
Outros	14,57	161,01
Materiais	95.535,80	102.763,88
Ferramentas e utens. de desgaste rápido	2.893,39	3.872,48
Livros e Documentação Técnica	0,00	31,88
Material de Escritório	5.067,37	4.864,75
Artigos para oferta	336,52	906,44
Material Didático	1.441,28	2.313,88
Art. Limpeza, higiene e conforto	78.552,60	85.317,11
Outros	7.244,64	5.457,34
Energia e fluidos	148.510,22	160.151,69
Electricidade	68.916,17	72.107,33
Combustíveis	78.383,90	86.575,94
Água	686,46	1.286,83
Outros	523,69	181,59
Deslocações, estadas e transportes	1.550,21	735,56
Deslocações e estadas	1.485,21	735,56
Outros	65,00	0,00
Serviços diversos	26.825,77	26.696,90
Comunicação	11.297,31	12.993,17
Seguros	14.374,72	13.588,03
Contencioso e notariado	643,74	20,00
Despesas de representação	500,00	0,00
Outros	10,00	95,70
Encargos c/ Utentes	69.172,70	70.445,21
Encargos de saúde c/ utentes	65.568,33	67.601,26
Rouparia	2.451,13	2.293,95
Outros encargos	1.153,24	550,00
Total	426.030,18	446.543,70

12.14 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Rendimentos Suplementares	1.939,95	559,45
Descontos de pronto pagamento obtidos	20,72	24,97
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	551,90	30,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	18.491,60	19.552,42
Outros rendimentos	30.149,66	22.576,43
Total	51.153,83	42.743,27

12.15 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Impostos	2.475,69	2.957,21
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	278,70	520,12
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	6.870,96	2.566,05
Total	9.625,35	6.043,38

12.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas pela Mesa Administrativa em 17 de Março de 2017.

Montargil, 31 de dezembro de 2016

O Técnico Oficial de Contas

A Direção

Deia Loba Jordão de Facedorão
Henrique Gil Botas de Oliveira
Volúcia Teles Castro Fernandes Vieira
Spuris Francisco Trindade de Figueiras
Flávia Virginia de Sousa Gomes Godinho